## REQUERIMENTO

(Do Sr. Alexandre Leite)

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de investigar as causas que levam alguns Estados brasileiros a ter índices de violência acima da média nacional, bem como analisar as dificuldades que as polícias de fronteira enfrentam e apresentar soluções para os problemas.

## Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, incisos III e VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), a realização de audiência pública com o objetivo de investigar as causas que levam alguns Estados brasileiros a ter índices de violência acima da média nacional, bem como analisar as dificuldades que as polícias de fronteira enfrentam e apresentar soluções para o problema.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Os índices de violência são comumente mensurados mediante o cálculo da taxa de homicídios por cem mil habitantes, padrão adotado mundialmente, por ser o homicídio o tipo de violência emblemático que perpassa toda a atividade criminosa. Ocorre que vários Estados brasileiros apresentam índices muito acima da média nacional, competindo com países sul-americanos e caribenhos que apresentam as mais altas taxas de violência no continente.

Tais níveis de violência muitas vezes são repercussão direta de crimes oriundos ou subsequentes a delitos fronteiriços. De um lado, uma criminalidade cada vez mais ousada, atrevida, que não se inibe facilmente diante da atuação das forças do Estado; do outro, a desestruturação dessas mesmas forças e a desarticulação delas em face de uma ação integrada que se torna absolutamente necessária.

Por nossas fronteiras, extremamente permeáveis de norte a sul, acontecem o abigeato, o contrabando, o descaminho, o tráfico de riquezas minerais, de nossa fauna e de nossa flora, o tráfico de armas e munições, o tráfico de drogas ilegais e de seres humanos, afora os crimes ambientais; tudo a exigir uma ação integrada dos órgãos de segurança pública federais e estaduais, das Forças Armadas e, também, de um sem número de outros órgãos estatais: Incra, Ibama, Receita Federal e assim por diante.

Para a mencionada audiência poderiam ser convidados autoridades e cientistas sociais que pudessem contribuir para a compreensão do fenômeno e propor soluções para seu equacionamento.

Essencial nessa audiência a presença da Secretária Nacional de Segurança Pública, Senhora Regina Miki, além do representante do Departamento de Polícia Federal responsável pelo policiamento de fronteiras, o Dr. Antônio Carlos Floriano Lessa, Delegado Coordenador da Coordenação de Operações Especiais de Fronteira.

Submetemos o presente Requerimento elevada consideração de V. Ex<sup>a</sup> e demais integrantes da Comissão, certos de que será dispensada a necessária atenção para a sugestão apresentada, segundo os maiores interesses da sociedade e do Estado.

Sala das Sessões, em de de 2011.

**Deputado ALEXANDRE LEITE**